

PROCURAÇÃO

NOME DO OUTORGANTE:

Maria da Conceição de Novaruz

RG: 80750293

CPF: 00744467977

Endereço:

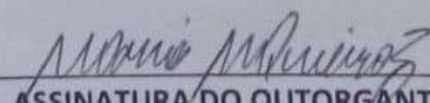
R. Toledo nº 76 Jd. Pamariz

OUTORGADO: MARCO ANTÔNIO SALGAR, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PR 90.565, representante da **SALGAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 43.538.496/0001-64, com sede profissional na Rua Xavier da Silva, 1975, 1º andar, Maracanã, Foz do Iguaçu/PR, celular (45) 9999-10116, (45) 99949-7624 e email: marcosalgar@hotmail.com

PODERES: Por este instrumento particular de procuração constituo como meus procuradores os outorgados, concedendo-lhes os poderes inerentes da cláusula *ad iudicia et extra*, para o foro em geral, podendo promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos procuradores acima descritos os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita, e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015, ajuizar ações perante a Justiça do Trabalho, Federal e Estadual.

Foz do Iguaçu/PR, 09 de junho de 2024.


ASSINATURA DO OUTORGANTE

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

NOME DO DECLARANTE:

Mário da Conceição de Moura Queiroz

RG:

80750293

CPF:

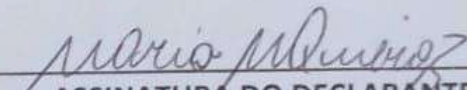
00744467977

Endereço:

R. Toledo n.º 76 Id. Paraná

DECLARA, com a finalidade de pleitear os **BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**, previsto no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c parágrafo único, do artigo 4º da lei nº. 1060/50, que não possui condições financeiras para arcar com as despesas da Justiça, especialmente das custas processuais e dos honorários de sucumbência, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

Foz do Iguaçu/PR, 09 de junho de 2024.


ASSINATURA DO DECLARANTE

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Versão NOVEMBRO-2023

NOME DO CONTRATANTE (CLIENTE): <u>Mario da Conceição de Moura Queiroz</u>	
RG: <u>80750293</u>	CPF: <u>00744467977</u>
Estado Civil: <u>Casado</u>	Telefone: <u>45 991392880</u>
Endereço residencial: <u>R. Toledo nº76 Jd. Paranaíba</u>	
Email: <u>mouramario@gmail.com</u>	Cargo: <u>Agente comunitário de saúde</u>
Local de trabalho: <u>UBS ALUP</u>	
Senha do portal do servidor para baixar ficha financeira: <u>dudamario1976</u>	

CONTRATADO: MARCO ANTÔNIO SALGAR, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PR 90.565, representante da SALGAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 43.538.496/0001-64, com sede profissional na Rua Xavier da Silva, 1975, 1º andar, Maracanã, Foz do Iguaçu/PR, celular (45) 9999-10116, (45) 99949-7624 e email: marcosalgar@hotmail.com
As partes acima identificadas têm entre si justo e acertados o presente Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª-DO OBJETO DO CONTRATO – Entrar com processo de:

1. () **SERVIDOR SAÚDE OU SEGURANÇA PÚBLICA:** cobrar verbas do período COVID que foram congelados
2. (X) **ACS e ACE:** cobrança insalubridade período Celetista – ação coletiva
3. () **TODOS SERVIDORES:** prefeitura concedeu ascensão, promoção, incentivo curso superior e enquadramento, mas NÃO PAGOU OS RETROATIVOS ou está segurando o processo sem DEFERIR.

Cláusula 2ª-DAS ATIVIDADES - As atividades incluídas na prestação de serviços objeto deste instrumento são todas aquelas inerentes à profissão, quais sejam: a) praticar quaisquer atos e medidas necessárias e inerentes à causa, em todas as repartições públicas da União, dos Estados ou dos Municípios, bem como órgãos a estes ligados direta ou indiretamente, seja por delegação, concessão ou outros meios, bem como de estabelecimentos particulares; e b) praticar todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os especificados no Instrumento Procuratório.

Cláusula 3ª-DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - O contratante deverá fornecer ao contratado os documentos e informações necessárias ao protocolo e andamento do processo, a fim de satisfazer as exigências do processo. Caso o contratante não o faça dentro do prazo, fica o contratado isento de responsabilidade.

Cláusula 4ª-DOS ATOS PROCESSUAIS - Havendo necessidade de contratação de outros profissionais no decurso do processo, o contratado elaborará substabelecimento, indicando escritório de seu conhecimento, restando facultado ao contratante aceitá-lo ou não. Aceitando, a responsabilidade será única e exclusivamente da contratante no que concerne aos honorários e atividades a serem exercidas.

Parágrafo único. Consultas processuais e esclarecimentos de dúvidas por aplicativo de celular (Whatsatpp, Facebook, Instagram etc), é liberalidade do CONTRATADO e pode ser utilizado como meio de comunicação com o objetivo de agilizar atendimentos e aproximar o vínculo entre os contratantes, de modo que o CONTRATADO se reserva no direito de responder às mensagens conforme disponibilidade, desde que respeitado o horário entre 09h e 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Cláusula 5ª-DOS HONORÁRIOS - Os honorários serão devidos apenas em caso de vitória no processo, sendo:

- a) Ações coletivas da insalubridade e do COVID serão de 15% sobre o valor total final obtido no processo;
- b) Para as demais ações será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total final obtido na ação.

Parágrafo primeiro. Não serão devidos honorários ao advogado/contratado quando não ocorrer vitória na ação.

Cláusula 6ª-DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - Os eventuais honorários de sucumbência pertencem ao contratado/advogado e em caso haja morte ou incapacidade civil do contratado, seus sucessores ou representantes legais receberão os honorários pelo trabalho realizado.

Cláusula 7ª-DA RESCISÃO - Agindo o contratante de forma dolosa ou culposa em face ao contratado, restará facultado a este rescindir o contrato, substabelecendo sem reserva de iguais e se exonerando de todas as obrigações. Caso haja desistência, dentro ou fora do processo, por quaisquer circunstâncias não determinadas pelo advogado, ou ainda, se lhe for cassado o mandato sem sua culpa, serão devidos integralmente os honorários, que poderão ser exigidos imediatamente.

Cláusula 8ª-DO FORO-Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro de Foz do Iguaçu/PR.
As partes firmam o presente instrumento por estarem em duas vias de igual teor.

Foz do Iguaçu/PR, 09 de junho de 2024.

Marco Antônio Salgar
Contratado

Mario da Conceição de Moura Queiroz
Contratante (assinatura por extenso)